

# Governo quer ensino pago

**Jornal de Brasília**

## para controlar déficit

Aldori Silva

Aylê-Salassié

A redução das despesas do Governo para manter o déficit público num nível baixo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) poderá levar à introdução do regime de cobrança de anuidades, semestralidades ou mensalidades também nas escolas públicas, de nível médio ou superior, que não estejam obrigadas, pela Constituição ou outra lei ordinária, a ministrar o ensino gratuitamente.

Essa informação foi apurada pelo Jornal de Brasília junto ao Gabinete do Ministro da Educação, Hugo Napoleão. O Ministério dispõe de diversos estudos sobre as condições sociais dos alunos das escolas públicas brasileiras, nos quais se constata que 80% aproximadamente dos estudantes são oriundos de famílias de classe média e alta, com renda superior a Cz\$ 60 mil.

O Ministro mandou consolidar os estudos já existentes e atualizá-los, com a finalidade de oferecer ao Governo uma contribuição significativa para a redução das despesas públicas. O Ministro, pesquisadamente, entende que, no nível superior, o ensino gratuito beneficia apenas aqueles que podem pagar a universidade, onerando significativamente os cofres da União. Isto gera uma escassez de recursos, que impossibilita até mesmo melhorar as condições de ensino e laboratoriais nas escolas superiores.

O Brasil tem hoje aproximadamente um milhão de estudantes de curso superior, dos quais mais da metade estão matriculados em escolas públicas. Se, pelo menos,

300 mil desses alunos pagassem o ensino que recebem, a vida das universidades poderia ser bastante facilitada, em termos de condições de estudo e pesquisa, observa o assessor ministerial.

A cobrança de anuidades, semestralidades ou mensalidades nas instituições públicas de ensino superior não inviabilizaria o acesso do estudante carente à essas escolas. Para esse grupo de alunos, a idéia é manter o sistema de bolsas de estudos, pelo regime de empréstimos educativos — amortizações suaves, juros baixos e — prazos longos — de tal forma que não só ele pudesse se manter na universidade, como também dispor de um prazo de carência para ser absorvido pelo mercado profissional.

### Nível médio

Além do ensino superior, que consome quase 60% do orçamento do Ministério da Educação, sem retorno visível, também o ensino público até 14 anos, ou 8ª série do primeiro grau, consome e consumirá ainda por muito tempo, uma boa parcela dos gastos do Governo Federal com o ensino, porque trata-se de um compromisso legal. Nesse nível, a educação pública é gratuita e obrigatória e o ônus de dar cumprimento ao dispositivo constitucional cabe ao Estado.

No nível médio, entretanto, o custo do ensino nas três séries do segundo grau, e que poderão ser incluídas no projeto do ensino pago do Ministério da Educação, não chega a ter peso significativo no Orçamento do MEC, cuja contribuição, nessa área, se limita às escolas técnicas, agrícolas, industriais e comerciais com raras exceções. O ensino de 2º grau está

praticamente sob o controle de instituições privadas.

Nesses estabelecimentos, profissionalizantes, o contingente de alunos carentes é elevado. Portanto, não acredita o assessor ministerial que o Governo possa, num mesmo ato, criar mensalidades similares às das escolas superiores. Mesmo porque algumas dessas instituições são mantidas com outros objetivos como o de treinar técnicos para atender a demanda de mão-de-obra especializada nas áreas onde estão localizadas, e evitar a emigração do campo, no caso de escolas agrícolas.

A introdução do ensino público pago no Brasil vem se arrastando desde 1964, quando o Governo firmou o propósito de controlar as finanças do Estado, altamente afetadas pelo clientelismo político.

Esta foi uma bandeira que o movimento estudantil, mesmo em frangalhos, depois de 1968, conseguiu manter intacta, embora todos os estudos do Ministério da Educação, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA) e do próprio Ministério do Planejamento revelassem que a universidade pública brasileira, a cada ano, torna-se mais elitizada: só tem acesso a ela quem pode pagar cursinhos.

Essa é uma renda que o Governo está transferindo, sob a forma de subsídios implícitos para o setor privado. Daí a origem dos estudos recentes sobre as possibilidades da introdução do ensino pago nas escolas públicas brasileiras. O ministro Hugo Napoleão está disposto a dar continuidade ao projeto e para isto tem o apoio do Ministério da Fazenda.